



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1617465 - SP (2019/0336993-4)

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
AGRAVANTE : RUBENS MARCELO TAMASSAKI
AGRAVANTE : SANDRA APARECIDA IGNACIO TAMASSAKI
ADVOGADO : ELIANE MOLIZINI BENEDITO - SP104195
AGRAVADO : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : NEI CALDERON - SP114904
INGRID CRISTINE JERONIMO DE SOUZA - SP244518
ANDERSON FERREIRA DA SILVA - SP359322

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto contra decisão que inadmitiu recurso especial, fundamentado no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c" da Constituição Federal.

Ação: de cobrança, ajuizada por BANCO DO BRASIL SA, em face de RUBENS MARCELO TAMASSAKI e SANDRA APARECIDA TAMASSAKI, na qual requer o pagamento da quantia de R\$ 20.090,53, referente ao "Contrato de Abertura de Crédito em Conta Corrente - Crédito Rotativo - CDC Automático" de n. 612.282.437 celebrado com os demandados.

Decisão de admissibilidade do TJ/SP: inadmitiu o recurso especial, em razão da consonância entre a conclusão do acórdão de origem e o entendimento jurisprudencial desta Corte Superior (Súmula 83/STJ).

ARESP de RUBENS MARCELO TAMASSAKI e SANDRA APARECIDA TAMASSAKI: não impugnou, de maneira consistente, a inaplicabilidade do seguinte óbice: consonância entre a conclusão do acórdão de origem e o entendimento jurisprudencial desta Corte Superior (Súmula 83/STJ).

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

Cumpre esclarecer que a impugnação da Súmula 83/STJ ocorre com a indicação de precedentes contemporâneos ou supervenientes aos referidos na decisão agravada, de forma a demonstrar que outra é a orientação jurisprudencial nesta Corte Superior, bem como com a demonstração de ausência de similitude fática. Nesse sentido,

verifica-se que a petição do presente agravo em recurso especial não colacionou julgado com publicação contemporânea ou superveniente à data do precedente citado na decisão agravada, bem como não comprovou, de forma consistente, a ausência de similitude fática.

O agravo que não impugna, especificamente, todos os fundamentos da decisão recorrida não deve ser conhecido, conforme disposto na Súmula 182/STJ.

Deixo de majorar os honorários de sucumbência recursal, visto que não foram arbitrados na instância de origem.

Forte nessas razões, NÃO CONHEÇO do agravo em recurso especial, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar na condenação ao pagamento das penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora